

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.691.737 - RJ (2017/0201863-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**  
**ADVOGADOS** : **ANTÔNIO CARLOS AMORIM - RJ092392**  
                  **GABRIELA MENDES DE OLIVEIRA - RJ124197**  
                  **GUILHERME DE CASTRO GOUVÊA - RJ128599**  
**RECORRIDO** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por CARVALHO HOSKEN S.A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, em 24/02/2015, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - SENTENÇA CONDENATÓRIA - INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO PROVIDO.

I - Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de Decisão que, em sede de cumprimento de sentença, determinou a remessa dos autos ao Contador Judicial, para elaboração de cálculos, observados determinados parâmetros.

II - A r. Decisão agravada determinou que os cálculos fossem feitos de acordo com os seguintes parâmetros: '(..) Quanto aos índices de correção monetária, devem ser utilizados os seguintes índices: o BTN, de 01/02/1989 a 01/02/1991; o INPC de fevereiro/91 a dezembro /1991; a UFIR, de janeiro/1992 a 31/12/95; e a partir de 01/01/96, a taxa SELIC. O índice de janeiro/89 é de m42, 72% (REsp 43.055/SP, DJ 18/12/1995) e o fevereiro/89 é de 10,14% (REsp 70.903/DF, DJ DE 22/04/2003)'

III - É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de reconhecer a legalidade da aplicação dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária em execução de sentença, afastando-se a alegação de ofensa à coisa julgada. (STJ, REsp 1066831/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2011, Dje 23/11/2011; REsp 1112524/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/09/2010, Die 30/09/2010; REsp 1302256/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 05/08/2013)

IV - Agravo de Instrumento provido, para incluir os expurgos inflacionários aos cálculos exequendos" (fl. 299e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 303/308e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face do v. acórdão de fl. 295, que deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto em face de Decisão que, em sede de cumprimento de sentença, determinou a remessa dos autos ao Contador Judicial, para elaboração de cálculos, observados determinados parâmetros.

2. O juiz, ao proferir a decisão, não está obrigado a examinar todos os fundamentos de fato e de direito trazidos para discussão, podendo conferir aos fatos qualificação jurídica diversa da atribuída, seja pelo autor, seja pelo réu, não se encontrando, portanto, obrigado a responder a todas as alegações das partes, nem a mencionar o dispositivo legal em que fundamentou sua decisão, cumprindo ao mesmo entregar a prestação jurisdicional, levando em consideração as teses discutidas no processo, enquanto necessárias ao julgamento da causa, indicando tão somente o fundamento de sua convicção no decidir.

3. O v. acórdão embargado apreciou satisfatoriamente a controvérsia trazida aos autos concluindo que: 'II - A r. Decisão agravada determinou que os cálculos fossem feitos de acordo com os seguintes parâmetros: '(...) Quanto aos índices de correção monetária, devem ser utilizados os seguintes índices: o BTN, de 01/02/1989 a 01/02/1991; o INPC de fevereiro/91 a dezembro /1991; a UFIR, de janeiro/1992 a 31/12/95; e a partir de 01/01/96, a taxa SELIC. O índice de janeiro/89 é de 72% (REsp 43.055/SP, DJ 18/12/1995) e o fevereiro/89 é de 10,14% (EResp 70.903/DF, DJ DE 22/04/2003)' É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de reconhecer a legalidade da aplicação dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária em execução de sentença, afastando-se a alegação de ofensa à coisa julgada. (STJ, REsp 1066831/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 23/11/2011; REsp 1112524/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/09/2010, DJe 30/09/2010; REsp 1302256/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 05/08/2013)

4. Inexistente qualquer omissão e contradição no acórdão embargado. Na realidade, a decisão é muito clara, e os embargos não se prestam a provocar o Colegiado a declarar em outras palavras o que está expressamente assentado, ou modificar a decisão nas suas premissas explicitamente destacadas.

5. Embargos de declaração conhecidos e improvidos" (fls. 323/324e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos artigos 535, I e II, do

CPC/73, sustentando que:

"23. Em sua peça de agravo de instrumento a ora Recorrente sustentou que, quando da fixação de critérios para apuração do valor devido em sede de embargos à execução, o d. Juízo de 1º grau determinou que fossem excluídos dos cálculos os valores referentes às custas e honorários, sem contudo observar que, em relação às custas, foi determinado o rateio - e não a sucumbência recíproca - .

24. Assim, a então Agravante faria jus ao recebimento da quantia correspondente a 50% do valor total das custas processuais que despendeu.

(...)

26. Apesar disso, da simples leitura do v. acórdão recorrido, percebe-se que não houve qualquer enfrentamento do tema, nem mesmo após a apresentação de embargos de declaração em que se apontou, com clareza e de forma expressa, tal evidente omissão.

27. Ora, em se tratando de questão relevante, seja pelo aspecto econômico envolvido, seja pela necessidade de se respeitar o título judicial, não poderia o Tribunal local ignorá-la, deixando-a sem qualquer enfrentamento.

28. Veja-se que estamos diante de um pedido autônomo - e não de uma tese/fundamentação atinente a um pedido que tenha sido enfrentado - em relação ao qual não houve prestação jurisdicional, daí porque impertinente ao ponto a orientação segundo a qual bastaria a indicação das razões de decidir.

(...)

31. Como se vê do próprio acórdão ora recorrido, o Tribunal reconheceu se tratar de ação condenatória e acatou a tese da então Agravante quanto à necessidade de adoção do Manual de Cálculos da Justiça Federal, fundamentando seu entendimento, dentre outros, no julgado cuja ementa segue abaixo transcrita:

(...)

32. No entanto, ao explicitar quais seriam os Índices, o Tribunal destoou tanto do Manual de Procedimentos exposto pela Agravante, que parecia ter acolhido, quanto do julgado desse e. Superior Tribunal de Justiça que lhe serviu de suporte, especialmente nos itens 'x' e 'xi', como atesta o quadro comparativo abaixo:

(...)

33. Veja-se que de acordo com o Manual Procedimentos vigente à época do início da execução e em consonância com o julgado do E. STJ, a UFIR foi o fator de correção utilizado entre o período de 01/1992 até 12/2000. No entanto, o acórdão determinou a utilização da UFIR de janeiro de 1992 a dezembro de 1995.

34. Além disso, tanto o julgado dessa Corte Superior quanto o mesmo Manual de Procedimentos vigente à época do início da execução

aplicavam a SELIC apenas depois de janeiro de 2003. No entanto, o aresto ora recorrido determinou a aplicação do mesmo fator a partir de janeiro de 1996.

35. Evidente, portanto, a contradição prevista no art. 535, I do CPC, uma vez que estamos diante de incongruências internas, presentes no próprio acórdão (fundamentação x conclusão), e que, portanto, tornam absolutamente impertinentes as genéricas alegações de que se estaria suscitando contradição entre o julgado e a prova dos autos" (fls. 332/339e).

Alega, ainda, violação aos arts. 467, 468, 473 e 474 do CPC/73, sob a tese de que, "ao permitir a manutenção da decisão de 1º grau quanto à forma de cálculo das custas, baseada em suposta sucumbência recíproca relativa ao ponto, o Tribunal local viola o decidido na fase de conhecimento e não mais sujeito a recurso" (fl. 340e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 346/351e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 358e).

A irresignação merece prosperar, em parte.

Com efeito, o Tribunal de origem não sanou omissão, no exame da tese trazida no Agravo de Instrumento (fls. 2/15e) e nos Embargos Declaratórios (fls. 303/308e), no sentido de que o Juízo de 1º grau determinou que fossem excluídos dos cálculos os valores referentes às custas e honorários, sem contudo observar que, em relação às custas, foi determinado o rateio - e não a sucumbência recíproca, de modo que a recorrente faria jus ao recebimento da quantia correspondente a 50% do valor total das custas processuais que despendeu.

Deste modo, a despeito das alegações dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem sequer fez menção à referida tese. Assim, têm razão a recorrente quando alega a existência de omissão no acórdão impugnado, tendo em vista que o ponto sobre o qual a Corte de origem não se pronunciou têm o condão, caso seja procedente, de eventualmente alterar o julgamento e, por conseguinte, a solução inicialmente dada à controvérsia. Destarte, resta configurada a violação ao art. 535 do CPC/73 e, assim, a negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

**"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, quando os temas suscitados nos embargos de declaração são indispensáveis ao deslinde da controvérsia e o Tribunal de origem não se pronuncia acerca de tais questões, mister a anulação do acórdão para que outro

seja proferido, ante a contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem, apesar da oposição de embargos de declaração, não se manifestou sobre a alegada violação do art. 10, inciso I, da Lei n. 10.833/2003. Retorno dos autos para novo julgamento dos embargos de declaração.

Agravo regimental provido" (STJ, AgRg no REsp 1355898/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/03/2014).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DADO À CAUSA. ELEMENTOS FÁTICOS DA DEMANDA NÃO FORAM CONSIDERADOS. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS PARA A ORIGEM.

1. Nas razões do agravo regimental, a mera indicação dos verbetes sumulares que poderiam ter incidido no julgamento do recurso especial, sem que sejam demonstrados adequadamente os pontos que justificariam sua aplicação, revela a deficiente fundamentação recursal, atraindo a incidência da Súmula 284/STF.

2. Apesar da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal a quo não observou as peculiaridades da presente demanda, e fixou o valor atribuído à causa com apoio em elementos fáticos de precedente que não discute o mesmo bem jurídico.

3. A Corte de origem ficou silente sobre os argumentos apresentados por meio dos embargos de declaração, em franca violação ao art. 535 do CPC, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 1.373.286/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 17/05/2013)

Considerando que são apontados diversos vícios, cumpre esclarecer que não ficou caracterizada a contradição apontada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, a fim de anular o acórdão que julgou os Embargos Declaratórios, determinando o retorno dos autos à origem, para novo julgamento, sanando-se a omissão indicada.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

